

A imagem dos cartagineses produzida pelos romanos *

JOSÉ GUILHERME RODRIGUES DA SILVA¹

Resumo

A história da representação romana dos cartagineses e demais semitas do ocidente do Mediterrâneo, desde as Guerras Púnicas até o século I a.C., é comentada no presente texto. As observações sugerem uma transformação dessa representação, daquela de inimigos no período das guerras até a de “não confiáveis” no final do período da República Romana. De forma a se fazerem aceitos no mundo romano, os semitas, ao final de República, adotavam os costumes e a cultura romana, passando, assim, a serem vistos como pertencentes àquela cultura.

Palavras-chave: Semitas; República Romana; Representações.

Abstract

The history of the roman representation of the carthaginians and other semites from the Westen Mediterranean, during the Punic Wars and until the I century b.C., is commented in the present text. The observations lead to the suggestion of a transformation of this representation, from “enemy”, during the wars, to “not trustworthy”, at the end of the Republic. In order to make themselves accept in the roman world, the semites, at the end of the Republic, adopted the roman culture, and, in this way, were saw as belonging to that culture.

Keywords: Semites; Roman Republic; Representations.

Introdução

A extrapolação dos limites políticos da cidade durante o helenismo inaugura uma nova fase na historiografia do mundo mediterrânico. Apesar desta extrapolação se dar em todos os âmbitos das relações humanas (cultural, social, econômico e político), os historiadores continuam a tratar da política e dos políticos – os grandes homens de Estado –, mas agora a extensão dessa história política coincide com a ampliação das fronteiras políticas². A história passa a discutir o mundo helenístico, uma entidade geográfica, cultural e politicamente maior que as antigas linhas de fronteiras do mundo grego das cidades contra as cidades. Os conflitos armados passam a acontecer,

* Artigo recebido em 30 de novembro de 2008, submetido à avaliação em 15 de dezembro de 2008 e aprovado para publicação em 5 de janeiro de 2009.

principalmente³, entre os reinos helenísticos – e com Roma, a herdeira, por conquista, daqueles reinos – e os historiadores do mundo mediterrâneo escrevem, portanto, a história desses Estados e de seus políticos.

Nesse contexto, Políbio é um historiador que marca essa época de mudanças da historiografia antiga. Políbio foi um político influente, tanto na Grécia quanto, em uma certa medida, em Roma. Dessa forma, pensamos que sua visão de mundo pode ser utilizada como representativa da visão grega do mundo, em sua época. As “Histórias”, de Políbio, obra escrita entre cerca de 167 e 146 a.C., narram, como ele mesmo afirma, uma história contemporânea do *mundo*⁴, uma história política do *mundo*, a qual tornou-se factível de ser contada, segundo suas próprias palavras (I,3.3-3.6; I,2.7), e como observa Momigliano (2004: 103), devido às conquistas romanas. Políbio se considerava um inovador, diferente dos outros escritores seus contemporâneos⁵, por narrar a história dos eventos que levaram, na sua opinião, a um final único os negócios do *mundo* (I,1.4.4-4.11). Esse *mundo*, é claro, continua a ser o mundo grego, ou melhor, o mundo em que os helênicos se incluem, como senhores ou súditos. Mas é também o mundo do qual excluem os povos e etnias cuja cultura diverge daquela com padrões helenísticos. Os excluídos são categorizados como “bárbaros”, aqueles que vivem além das fronteiras do mundo helenizado, ou vivem em desacordo com os padrões de moral helenística⁶. Políbio, então, compreendia – representava – o mundo, ou pelo menos o mundo cuja história *valia* a narrativa, como o mundo helenizado, e essa compreensão do mundo tinha significado porque dependia diretamente de sua imagem polarizada: ser helenizado ou não. Apesar de aparentar-se reducionista, a captação da diversidade do mundo social, e a manutenção de sua ordem, por meio de oposições binárias é poderosa para a significação da diversidade social (Hall, 1997: 235; Woodward, 2007: 46) e pode ser encontrada em diversas caracterizações de identidade e marcações de diferença no mundo antigo – cidadão como oposto de escravo, helenizado como inverso de bárbaro, ou sagrado como contrário a profano.

Portanto, a partir dessa representação, Políbio considerou os romanos senhores de quase todo o mundo habitado⁷ (I,1.5, 2.7), mundo que compreendia apenas alguns dos Estados então existentes na região do Mediterrâneo, pertencentes ao mundo helenizado. Ele cita, explicitamente, suas localizações geográficas: a Líbia⁸, a Itália, a Grécia e a Ásia⁹ (I,3.3-3.6).

Essa especificidade geográfica de Políbio, não era fruto de um desconhecimento do continente europeu, pois os gregos conheciam outras etnias européias, conforme

veremos a seguir. Além disso, Políbio empreendeu viagens, entre outros locais¹⁰, pelo sul da Gália, pelos Alpes e em partes da Espanha (Pédech, 2003:xi). Sua representação de mundo não provinha, portanto, da desinformação, mas da sua visão de mundo, da representação grega do mundo. Como observa Moscovici, a invisibilidade, ou a impossibilidade de “ver” ou notar o outro, não é devida à falta de informação proveniente de uma capacidade diminuída de visão, “mas a uma fragmentação preestabelecida da realidade, uma classificação das pessoas e coisas que a compreendem, que faz algumas delas visíveis e outras invisíveis” (Moscovici, 2005: 31). O mundo, portanto, como representação grega, era o mundo helenizado, o qual Roma havia dominado quase por inteiro em meados do século II a.C.

Prelúdio para potência

Segundo Momigliano (1993: 2), para todos os propósitos práticos, os gregos tomaram conhecimento dos romanos, assim como dos judeus e dos celtas, apenas a partir do período helenístico¹¹. Isto para Momigliano é paradoxal, posto que, no caso dos romanos, os gregos da Itália prosperaram por séculos não longe de Roma. Porém, qualquer contato anterior aos efeitos que a conclusão das Guerras Samníticas tiveram para a história das cidades gregas do sul da Itália foi inócuo politicamente, e é a esse conhecimento que Momigliano se refere.

As Guerras Samníticas envolveram os romanos de meados do século IV ao início do século III a.C. e, ao seu final, Roma voltou a atenção para as cidades-Estado helenizadas do sul da península. Uma dessas cidades, Tarento, procurando proteção contra os romanos, chamou em sua defesa Pirro, rei do Epiro, em 281 ou 280 a.C.¹² Derrotando Pirro 5 anos depois, Roma tornou-se política e militarmente soberana na Península Itálica ao sul do vale do Pó (o qual era ainda dominado por populações de origem celta). Esses acontecimentos foram narrados por Políbio (I,6.4-6.6), que, em seu registro, nos informa de maneira clara sobre o *modus faciendi* romano quando de suas conquistas: segundo o autor grego, os romanos atacaram o sul da Itália como se este já lhes pertencesse por direito, não como um território estrangeiro (I,6.6). De qualquer modo, para Momigliano, foi a derrota infligida a um soberano helenístico que gerou o reconhecimento, pelos gregos, do advento dos romanos como “nova potência”¹³, e também a inclusão da história política e cultural de Roma, desde as origens, na obra de Timeu de Tauromênio¹⁴ (Momigliano, 2004: 144). Contudo, a partir do que se pode

deduzir da obra de outro grego, Eratóstenes, que escreveu entre 240 e 230 a.C., portanto no intervalo entre a Primeira e a Segunda Guerra Púnica, os romanos, assim como os cartagineses, eram considerados bárbaros pelos gregos naquela época, porém, bárbaros cuja cultura aproximava-se dos padrões civilizacionais gregos (Momigliano, 1993: 4). Outra evidência dessa imagem excludente grega com relação a romanos e cartagineses provém de Políbio, que nos informa que a maioria dos gregos de meados do século II a.C., portanto mais de 100 anos depois da guerra contra Pirro, ainda não conheciam a história e o poderio romano e cartaginês anteriores ao período da Segunda Guerra Púnica (I,3.7-3.8). Podemos supor que esse desconhecimento provinha das dificuldades de comunicação, da iliteracia ou puramente de um desinteresse, por parte da população grega alfabetizada, por povos considerados não helenizados (quando não havia envolvimento direto com os mesmos). Seja como for, a vitória romana na Segunda Guerra Púnica provocou, aparentemente, mudanças nas representações do mundo e nas atribuições de identidade na região do Mediterrâneo.

A produção da imagem negativa dos cartagineses

No mundo helenizado havia sociedades que eram tratadas como desiguais, antes de forma branda, mas, com o tempo, mais enfaticamente. Era o caso dos semitas, entre eles os cartagineses. A sociedade cartaginesa se helenizara de maneira crescente (Momigliano, 1993: 4), principalmente a partir da passagem entre os séculos IV e III a.C.¹⁵, caracterizando-se, nas palavras de Lancel (1992:226-228), por uma “mestiçagem cultural”, e nas de Grimal, como detentora de um helenismo misto (Grimal, 1975:16). Porém, as citações dos autores clássicos posteriores às Guerras Púnicas, principalmente romanos, sobre fenícios e cartagineses, são, normalmente, preconceituosas (Aubet, 2001:3; Prag, 2006:13-16), o que sugere a produção de uma alteridade e uma diferenciação étnica fundamentais. Essa visão negativa tem sua origem mais provável nos confrontos entre romanos e cartagineses, que levaram, em última instância, ao início da formação do que viria a ser o Império Romano. Alguns estudos têm mostrado essa conexão, como veremos a seguir.

Etnônimos atribuídos por romanos e gregos a cartagineses e semitas em geral foram estudados por Prag (2006), com ênfase ao seu uso em fontes epigráficas, mas também na literatura antiga. O autor pretendeu, com seu estudo, demonstrar que os etnônimos aplicados pelos romanos aos semitas¹⁶ não eram os mesmos pelos quais esses

últimos se reconheciam. Os fenícios do oriente¹⁷ se autodenominavam, como grupo, cananeus. Para os semitas ocidentais, cartagineses e outros, não são conhecidos termos que indicassem que essas pessoas se imputassem uma identidade única, que os identificasse como grupo (como sugere o termo “púnico”), a não ser quando os relacionando como falantes da mesma língua (Prag, 2006:25-26). No que concerne à epigrafia fenícia, púnica e neo-púnica¹⁸, a norma é a utilização de identidades cívicas, como por exemplo “de Sídon”, ou “sidônio”, “cartaginês”, ou “de Cartago” (Prag, 2006: 24). Os etnônimos usados pelos romanos eram, portanto, atribuições generalizantes de alteridade, pertencentes aos processos de construção de identidades e alteridades de grupo, de manipulação e formação de identidades, uma generalização do outro.

Prag (2006:7-8) observa que, partindo de evidências seguras, nosso conhecimento do uso do termo latino *poenus* (“púnico”) como adjetivo para “cartaginês”, termo derivado, de forma plausível, do grego φοινικ (“*phoiniks*”, “fenício”), é observado pela primeira vez no poema épico *Bellum Poenicum*¹⁹, de Névio, escrito, provavelmente, na última década do século III a.C. (Grimal, 1975:146).

Plauto, em suas peças encenadas entre cerca de 212 e 186 a.C. (Grimal, 1975:154), utilizou igualmente a palavra *poenus*, mas também o diminutivo *poenulus*, além de *carthaginiensis* (“cartaginês”) (Prag, 2006: 14 e nota 56). Ênio, em seus *Annales*, redigidos entre 203 a.C. e a primeira metade do século II a.C., (Grimal, 1975:217), identificou os cartagineses pelos mesmos termos, *poenus* e *carthaginiensis* (Prag, 2006:14; nota 56). Portanto, percebe-se que, pelo menos até cerca da primeira metade do século II a.C., os etnônimos utilizados pelos romanos como referência aos cartagineses variavam entre o cívico (“cartaginês”) e o generalizante (“púnico”).

Após extensivas pesquisas empreendidas nas fontes epigráficas datadas desde o século III a.C. até os primeiros anos do Império Romano, Prag pode concluir que, com o passar do tempo, para os romanos todos os cartagineses eram *poeni*, mas o inverso não era verdadeiro, este último termo implicando também outros semitas ocidentais, sendo esta lógica encontrada na literatura do mesmo período (Prag, 2006: 13-16). De acordo com este autor, à medida que observamos fontes textuais e epigráficas cada vez mais posteriores à época da destruição de Cartago, o termo *poenus* toma uma amplidão maior e passa a ser mais do que apenas uma referência a cartaginês²⁰. *Poenus* possui, enfim, no século I a.C. um significado negativo, relacionado a enganador, não confiável, de forma que, para Cícero, os descendentes de cartagineses que se aproximam culturalmente dos romanos, como por exemplo o povo da colônia cartaginesa de Gades

(na Espanha) em 206 a.C.²¹, distanciam-se dos outros *poeni* (Prag, 2006: 12-13). Tornam-se mais confiáveis. A mesma relação polarizada de pertencimento, que estereotipava os semitas como estranhos ao mundo normalizado como romano, foi identificada por López Castro em seu artigo sobre os semitas do Mediterrâneo Ocidental durante a República Romana. O autor afirma que, nas cidades de origem semita, a *interpretatio* de divindades fenícias²² e a adaptação, através da língua fenícia, da onomástica da aristocracia local ao sistema romano²³, demonstram que as mudanças ideológicas foram fundamentais para relegar as origens dos semitas ocidentais a um passado coletivo remoto e fundamentalmente não conflitante com a posição sócio-econômica contemporânea. Essa mudança gradualmente consolidaram o poder das elites semitas locais, desde um momento de ruína econômica, no século II a.C., até a prosperidade, no século I a.C. e no início do período Imperial (López Castro, 2007: 120-121).

Comentários

Vimos que entre a Primeira e a Segunda Guerra Púnica, Roma e Cartago eram consideradas, pelo menos por alguns gregos, como Estados com tendência a “helenizar-se”, portanto, nações bárbaras. Contudo, afora essa categorização de “não helenizados” que a representação grega imputava a ambos os povos, romanos e cartagineses, não havia, conforme se pode compreender pelos comentários acima, nenhuma atribuição negativa, ou preconceituosa, nem a Roma nem a Cartago. A vitória romana nas Guerras Púnicas e o domínio do mundo grego modificaram, aos poucos, essa visão.

Porém, Momigliano (1993:4-6) demonstra que uma imagem negativa do cartaginês não era a corrente entre os gregos, nem antes e nem após as Guerras Púnicas. Alguns escritores gregos defendiam Aníbal, e certas evidências sugerem que pelo menos uma parcela da população grega, no início do século II a.C., o via como uma possível barreira contra a expansão romana²⁴. Apenas nos escritos de Timeu, historiador grego da Sicília, onde os cartagineses eram inimigos dos gregos a cerca de três séculos²⁵, encontram-se referências negativas anteriores àqueles conflitos. Mesmo na literatura romana do período das guerras, como em Plauto, não encontramos nada “muito ruim”, nas palavras de Momigliano, sobre os cartagineses²⁶. Políbio, segundo o mesmo autor, recusou-se a acreditar nesse tipo de estereótipo (Momigliano, 1993: 4-6),

o que vai de encontro às interpretações de Prag e Walbank a respeito de algumas passagens das “Histórias” (Walbank, 1957, *apud* Prag, 2006:19; Prag, 2006: 19-20).

Todavia, essas considerações de Momigliano não contradizem a dedução de que o uso do etnônimo “púnico”, como definição de alteridade generalizante para todos os semitas da região ocidental do mundo mediterrâneo, é uma criação romana. Ou seja, os romanos representavam todos os semitas ocidentais como pertencentes a um mesmo grupo²⁷. Se aceitamos esta interpretação, e considerando o significado negativo que foi incorporado ao termo “púnico” ao longo do período republicano romano até a época de Cícero, estamos diante de uma representação de grupo, ou de uma atribuição de alteridade de grupo, que especifica “o grupo que não faz parte”. Sendo a normalização das identidades uma prerrogativa do grupo dominante²⁸, e portanto uma forma de afirmação das relações de poder, constituindo essa normalização na fixação de uma identidade como parâmetro e gerando a hierarquização das identidades e das diferenças (Silva, 2007: 83-84), a identificação dos que fazem parte desse grupo como “romanos” e pertencentes ao mundo compreendido como “romano”, o mundo que Veyne descreveu como herdeiro, por conquista, dos patrimônios político e cultural do mundo helenizado (Veyne, 1983:106-107), exclui, por norma, quem não se conforma com aquele mundo, não por opção, mas a partir da parametrização produzida pelo grupo dominante. O mundo helenizado, portanto, é agora o mundo dominado por Roma.

A construção histórica pelos romanos dessa imagem dos cartagineses, e dos demais semitas do ocidente mediterrâneo, deve ser observada contemplando-se os cento e dezoito anos que separam o período desde o início até o final das Guerras Púnicas. Um período de mais de um século de sérios antagonismos, caracterizado por embates políticos, concorrência econômica e guerras entre os dois Estados, romano e cartaginês. Políbio considerou as duas primeiras guerras entre cartagineses e romanos como embates pelo “império do mundo” (I,3.7). Portanto, pelo menos antes do final da Segunda Guerra Púnica, existia, podemos interpretar dessa forma, uma imagem de Cartago como Estado capacitado, política, econômica e militarmente, a alcançar o mesmo controle territorial e político que, posteriormente, foi obtido por Roma.

Não se pode perder de vista, igualmente, os cinquenta e três anos que separam o final da Segunda e o início da Terceira Guerra Púnica. Duas gerações de histórias contadas de pais para filhos, sobre feitos heróicos, narrativas sobre a invasão cartaginesa da Itália, sobre a derrota de diversas legiões enviadas para enfrentar o inimigo dentro da Itália, devem ter surtido o efeito necessário para a criação daquela

imagem do inimigo maior, que pode aqui ser entendido como o “outro”, o oposto, nas representações romanas. Somados ao restante do tempo, desde o início dos confrontos com Cartago, têm-se, então, várias gerações que viveram com a imagem dos cartagineses como inimigos. Sabemos que a identidade se altera com o passar do tempo, devido a mudanças, por exemplo, nos contextos econômico e social (Woodward, 2007: 19-25). Além disso, os processos de produção de identidade (e, por conseguinte, de alteridade), seja étnica, de gênero ou de qualquer tipo, são sempre dependentes da marcação da diferença (Hall, 1997:235-236; Chartier, 2002: 17; Woodward, 2007: 40, 46-47). Neste sentido, a produção da identidade romana gerou, no período das guerras contra Cartago, a representação do cartaginês como o grande inimigo e, no período posterior àquelas guerras, a representação dos cartagineses e seus descendentes, assim como de outros semitas, como o “outro”, o diverso.

Conclusão

Observamos, de maneira resumida, a trajetória histórica da representação romana dos cartagineses e demais semitas do ocidente do Mediterrâneo, a qual culminou com a aceitação dessa representação pelos próprios semitas na passagem do período republicano para o imperial romano. Essa trajetória ajuda a demonstrar, como comenta Barth, a forma como a divisão binária, a dicotomia contínua que existe entre os que se entendem membros de um grupo – neste caso, étnico – e os que são considerados (e que, muitas vezes, se consideram) não-membros permite a especificação da natureza da continuidade do grupo como unidade étnica e a investigação da forma e do conteúdo culturais em mudança. Permite, também observar como a continuidade histórica de um grupo, enquanto unidade étnica, depende da manutenção de uma fronteira cujas características culturais podem mudar com o tempo. Torna possível, igualmente, verificar como as características culturais dos membros de um grupo podem ser transformadas e como pode ser alterada até mesmo a sua forma de organização (Barth, 2000: 33). O domínio romano sobre o que Políbio definiu como “mundo” – o mundo helenizado – transformou a representação romana anterior, produzida pelos gregos, de *quase helenizados* para *senhores do mundo helenizado*. Por outro lado, os conflitos entre romanos e cartagineses geraram a representação, pelos romanos, dos cartagineses como o inimigo maior, proporcionando a categorização e o posicionamento desses últimos em um grupo distinto, diferente e, finalmente, contrário, categorização que

levou, em última instância, à aceitação do estereótipo pelos próprios estereotipados e sua adaptação aos padrões culturais romanos, os padrões do grupo que exercitava o domínio e, portanto, indicava a norma. A fronteira marcada pela representação romana dos cartagineses e dos demais semitas, fronteira étnica, foi mantida através da continuidade histórica daquela representação negativa e só pode ser transposta, ou seja, só houve a classificação de semitas como pertencentes ao grupo dominante quando as mudanças nas suas características culturais os diferenciaram da sua própria ancestralidade cultural, quando adotaram padrões culturais romanos.

Temos, então, que, como sugere a história da dominação romana no período da República Romana, as relações de poder e de domínio criam representações do mundo normalizadas pelo grupo dominante. Verifica-se dessa forma, como afirma Foucault, que as relações de sujeição fabricam sujeitos (Foucault, 2005: 319). Essas relações de sujeição são, propriamente, relações descentralizadas de força, que se manifestam quando o poder é exercido e aceito, obedecido. São relações de dominação (Weber, 2005: 97). O mecanismo dessa relação de sujeição, no caso aqui observado, foi a marcação, estigmatizante, da diferença entre as populações semitas do ocidente mediterrânico e as demais populações “romanizadas”, durante os últimos 200 anos da República, mecanismo tornado possível mediante a atribuição aos semitas do estereótipo de não confiáveis, de enganadores, através da construção romana da representação da *fides punica*, a imagem contrária da *fides romana*. Com o passar do tempo, a dominação pela força e pela normalização, ou seja, a autoridade pelos meios, tornou-se autoridade pelos costumes e, gradativamente, pelo que as observações acima sugerem, foi legitimada (Foucault, 2005:322; Weber, 2005: 54).

Referências

Fonte primária impressa

POLYBE. *Histoires.. Collection des Universités de France*. Introdução geral, Estabelecimento do original e tradução de Paul Pédech. Tome I, Livre I, 3. imp. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

POLYBIUS. The histories. Books I-XXXIX. In: HENDERSON, Jeffrey; GOOLD, G. P. (Ed.). *The Loeb Classical Library* (v. 128, 131, 138, 159, 160 e 161). Introdução de

H. J. Edwards (v. 128). Estabelecimento do original e tradução de W. R. Paton. 8. imp. Cambridge: Harvard University Press, 2000. 6 v.

Referencial teórico-metodológico

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Organização de Tomke Lask. Tradução de John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda., 2000.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Algés: DIFEL Difusão Editorial S.A., 2002.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 2005.

HALL, Stuart. The spectacle of the 'other'. In: HALL, Stuart (Org.). *Representation. Cultural representations and signifying practices*. London: The Open University/Sage Publications Ltd., 1997b. p. 223-290.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 73-102.

WEBER, Max. *Conceitos básicos de sociologia*. 4. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2005.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 7-72.

Referencial instrumental

AUBET, Maria Eugenia. *The Phoenicians and the West. Politics, colonies, and trade*. Tradução de Mary Turton. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

CORNELL, T. J. *The beginnings of Rome: Italy and Rome from the Bronze Age to the Punic Wars (c. 1000 – 264 BC)*. 2. reimp. London: Routledge, 2001.

- GRIMAL, Pierre. *Le siècle des Scipions: Rome et l'hellénisme au temps des guerres puniques*. 2. ed. Paris: Éditions Aubier-Mntagne, 1975.
- KOCH, John T.; KARL, Raimund; MINARD, Antone; Ó FAOLÁIN, Simon. *An atlas for Celtic studies. Archaeology and names in Ancient Europe and Early Medieval Ireland, Britain, and Brittany*. Oxford: Oxford Books, 2007.
- LANCELOT, Serge. *Carthage*. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1992..
- LÓPEZ CASTRO, J. L. The western Phoenicians under the Roman Republic: integration and persistence. In: VAN DOMMELEN, Peter; TERRENATO, Nicola (Org.). *Articulating local cultures: power and identity under the expanding Roman Republic*. Journal of Roman Archaeology Supplementary Series, 63. Portsmouth: Journal of Roman Archaeology, 2007. p. 103-125.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Alien wisdom*. 5. imp. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.
- ORRIEUX, Claude & PANTEL, Pauline Schmitt. *Histoire grecque*. 2. imp. Paris: Quadrige-Puf, 2004.
- PÉDECH, Paul. Introduction. In: POLYBE. *Histoires*. Tome I. Livre I. *Collection des Universités de France*. Introdução geral, Estabelecimento do original e tradução de Paul Pédech. 3. imp. Paris: Les Belles Lettres, 2003. p. ix-lxx.
- PICARD, Gilbert Charles & PICARD, Colette. *The life and death of Carthage*. Tradução de Dominique Collon. London: Sidgwick & Jackson, 1968.
- PRAG, Jonathan R. W. *Poenus plane est – but who where the ‘Punicke’s’? Papers of the British School at Rome, v. 74*. London: The British School at Rome, 2006. p. 1-37.
- SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português: etimológico, prosódico, histórico, geográfico,mitológico, biográfico, etc*. 10. ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1993.
- VEYNE, Paul. A helenização de Roma e a problemática das aculturações. *Diógenes*, n. 3. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983. p. 105-125.
- WALBANK, F. W. Polybius. *Sather Classical Lectures, 42*. 3. imp. Berkeley: University of California Press, 1990.

¹ Aluno do Mestrado em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), orientando do Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, e Mestre em Geociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: jguilhermers@terra.com.br.

² A disseminação e a incorporação de valores sociais, religiosos, econômicos e políticos no mundo mediterrâneo é anterior ao helenismo e, obviamente, não é exclusiva dele. A necessidade, a comunicação (por diferentes que fossem seus meios ao longo da História) e a construção histórica das diversas formas de representação social do mundo foram responsáveis pela difusão e pela incorporação desses valores culturais. Sem precisarmos recuar muitos séculos antes das conquistas de Alexandre, o Grande, alguns exemplos podem ser aqui citados: no âmbito religioso, os cultos a Hércules/Héracles e a Apolo; no âmbito econômico, a utilização de moedas e o comércio; no político, as diversas modalidades de assembléias; e no âmbito social, a exclusão das mulheres da vida política (os egípcios seriam uma exceção). Queremos ressaltar aqui a maior magnitude dessas disseminações e incorporações durante o (e a partir do) período helenístico.

³ Principalmente, mas não exclusivamente. Litígios entre cidades-estado ocorriam, e um exemplo é a Guerra da Acaia (149 a 146 a.C.), provocada por uma antiga questão de fronteiras entre Megalópolis e Esparta (Orrioux & Pantel, 2004:458-459).

⁴ Historiador político e militar, Políbio era herdeiro de uma historiografia cujo modelo, segundo Momigliano, era Tucídides, que acreditava que o passado era inteligível a partir do presente, pois a situação política contemporânea encontrava suas raízes no passado, o qual “leva ao presente por simples progressão” (Momigliano, 2004:68, 72, 75-76). Para Tucídides, a observação direta, o testemunho, era o método mais seguro na pesquisa histórica (Momigliano, 2004:71-72). Apesar de discordar de Tucídides quanto à atitude didática em relação à História, especificamente no caso dos discursos históricos, Políbio foi herdeiro do legado historiográfico de Tucídides, principalmente ao acreditar que a história política e contemporânea era a que merecia ser escrita (Momigliano, 2004:76). Walbank confirma essa herança ao afirmar que, para Políbio, o estudo do passado, tinha um fim prático, como um aprendizado para uso no presente, ligado à política ou à moral (Walbank, 1990:58).

⁵ Por exemplo, Timeu de Tauromênio (atual Taormina, na costa leste da Sicília), historiador grego da Sicília, que escreveu, no início do século III a.C., uma história do Ocidente do Mediterrâneo. Centrou sua obra na história da Sicília, mas a Itália, a Península Ibérica, a Gália, o norte da África e as regiões setentrionais européias estão, também, presentes em sua pesquisa. Porém, enquanto a Sicília é tratada em sua história política, as demais regiões são descritas, segundo Momigliano, apenas quando à geografia e aos costumes e hábitos de seus povos (Momigliano, 2004:75, 143-145). A única exceção é Roma. Timeu narrou a história política de Roma, desde a fundação até o início da Primeira Guerra Púnica (Momigliano, 2004:144). Timeu foi considerado por Políbio um continuador da tradição historiográfica grega, a qual definiu como feita de narrativas de “eventos particulares”, de “quadros separados de cidades famosas” (I,4.6).

⁶ É interessante notar que Políbio define como “bárbaros” grupos que também faziam parte do mundo helenizado, por exemplo, os Mamertinos (I,9.1-9.8), antigos soldados da Campânia que lutaram pelos romanos e tornaram-se mercenários e pilhantes das cidades às quais foram designados, por Roma, para defender com guarnição. Neste caso, tratava-se de um grupo de etnia osca.

⁷ As traduções das “Histórias” feitas por Paton e Pédech variam entre “todo o mundo habitado” e “quase todo o mundo habitado”. A utilização do advérbio “quase” nos parece mais adequada, pois está presente no texto em grego – *sxedon* (“*sxedón*”). Além disso, partes do mundo helenizado ainda não eram dominadas pelos romanos quando Políbio escreveu sua obra.

⁸ Referindo-se ao norte da África, mais especificamente, à região de Cartago e suas possessões.

⁹ Ou seja, a Ásia Menor e partes da região mediterrânica do que hoje se refere ao Oriente Médio.

¹⁰ Políbio viajou também pelo sul da Itália (Pédech, 2003:xi).

¹¹ Momigliano definiu esse conhecimento como um “evento intelectual de primeira ordem: a confrontação dos gregos com quatro outras civilizações, três das quais eram praticamente desconhecidas anteriormente” e uma, a civilização iraniana, com a qual haviam se relacionado em “condições bastante diferentes”, durante o domínio persa da Ásia Menor (Momigliano, 1993:2). É claro que as colônias gregas do ocidente do Mediterrâneo, como Massília, a atual Marselha, mantinham relações com os povos celtas desde o final do século VII a.C., mas essas relações eram locais. Heródoto, na segunda metade do século V a.C., em seus comentários geográficos, cita os celtas da Europa central e da costa do Atlântico (Koch *et al.*, 2007:12, 25), mas estes estavam muito distantes do mundo grego. A introdução política dos celtas aos gregos se deu quando da tentativa gaulesa, rechaçada, de invasão, ou migração, na Grécia continental, no início do século III a.C.

¹² Segundo a tradução de Paton, 280 a.C., segundo a de Pédech, 281 a.C.

¹³ O reconhecimento dos gregos, comentado por Momigliano, refere-se a uma minoria mais bem informada, como veremos mais adiante no texto, de acordo com uma informação proveniente de Políbio (I,3,7-3.8).

¹⁴ Referências às origens lendárias dos romanos e à fundação de Roma já haviam sido escritas por Helânico, no final do século V a.C. Outros autores gregos do final do século IV a.C., como Aristóteles, comentaram as origens e a cultura romanas (Momigliano, 1993:4; Momigliano, 2004:145; Cornell, 2001:398). Roma já era identificada pelos gregos como Estado politicamente importante na Itália no final do século VI a.C., de acordo com Cornell (2001:210-214). Reforçando o comentado no texto, Momigliano, ao afirmar que os gregos tomaram conhecimento dos romanos apenas no período helenístico, refere-se ao conhecimento *político*, provocado por um relacionamento direto, portanto, para todos os propósitos *práticos*. Sobre Timeu, reportar-se à nota 4.

¹⁵ Em Cartago, por exemplo, Hércules era identificado com Melqart, o principal deus do panteão semítico, pelo menos desde o século III a.C. (Lancel, 1992:226-228).

¹⁶ Esses etnônimos tiveram uma influência tal que são utilizados até hoje para designar aqueles povos da Antiguidade (Prag, 2006:4): o termo “fenícios” identifica os semitas orientais não hebreus, ou seus descendentes em geral, e o termo “púnicos” identifica os cartagineses.

¹⁷ Com base nas variações nos indícios materiais dependendo do contexto em que são encontrados, a nomenclatura utilizada hoje em dia é a seguinte: o termo “fenício” identifica o semita que vivia na região mais ou menos correspondente ao atual Líbano a partir de cerca do início do primeiro milênio antes de Cristo, e identifica também o semita que viveu na região mediterrânica ocidental entre os séculos VIII e VI a.C. Já o termo “púnico” identifica o cartaginês ou qualquer semita que habitava a região do Mediterrâneo Ocidental a partir da metade do século VI a.C. (Aubert, 2001:13).

¹⁸ Denominação atual para os indícios materiais semitas do oeste do Mediterrâneo posteriores a 146 a.C., data da destruição de Cartago.

¹⁹ O adjetivo latino no título do poema de Névio é transcrito de diferentes formas, dependendo do autor: Prag (2006:13) escreve *Poenicum*, enquanto Grimal (1975:146), *Punicum*. O dicionário de Saraiva (1993) indica o adjetivo *Poenicus* (*a, um*) como a forma arcaica de *Punicus* (*a, um*), relacionando, como exemplos da primeira, Catão e Varrão, e como exemplos da segunda, Salústio, Tito Lívio e autores do período do Império.

²⁰ A forma aspirada *phoenix*, também derivada de *foîníc*, e seus cognatos aparecem pela primeira vez, pelas evidências que chegaram até nós, no século II a.C. e tornam-se comuns a partir do século seguinte (Prag, 2006:11 e nota 46). *Phoenix* e as demais formas aspiradas referem-se, invariavelmente, a partir de então, aos fenícios orientais, enquanto *poenus* e seus cognatos referem-se tanto aos orientais quanto aos ocidentais (Prag, 2006:11-12).

²¹ O povo de Gades (atual Cádiz) fez um tratado com os romanos em 206 a.C., por ocasião da tomada das possessões cartaginesas na Península Ibérica por Cipião, o Africano.

²² Particularmente a identificação de Melqart com Hércules *Gaditanus* (Hércules de Gades, a atual Cádiz, no sudoeste da Espanha) (López Castro, 2007:121).

²³ Por exemplo: *bd* (nome semita que significa “cliente”, ou “reverenciador”, que precedia o nome de um deus) transcrito como “Badius”; *Mtmb^{cl}* (“presente de Baal”), traduzido para “Donatus”; *strt* (“Astarté”), traduzido para “Veneris”, ou “Juno”, transformando-se em “Veneria” ou “Junia” (López Castro, 2007:120).

²⁴ No período em que Aníbal estava na corte selêucida, primeiro com Antíoco III, depois com Seleuco IV.

²⁵ Comentários sobre as guerras entre cartagineses e gregos podem ser encontradas em Picard & Picard (1968:161, 168-172).

²⁶ A utilização do adjetivo “muito” por Momigliano, pode ser um sinal de algo “ruim”.

²⁷ Podemos compreender essas atribuições generalizantes quando lembramos de atribuições de alteridade atuais, que reúnem, sob um mesmo adjetivo, grupos étnicos diferentes: por exemplo, a utilização do termo “turco” para os descendentes de turcos, libaneses, armênios e sírios, normalmente com uma conotação negativa, significando “são todos iguais”, ou, como no ditado popular, “são todos farinha do mesmo saco”.

²⁸ O grupo representante do Estado romano, a *nobilitas*, nesse caso.